



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
REITORIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL Nº: 23041.042119/2023-73
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 25/2023 – UASG Nº: 158147**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 33/2023/REITORIA, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, E A EMPRESA
INSTITUTO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO – BEM BRASIL.**

A Autarquia Federal, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – REITORIA**, vinculada ao Ministério da Educação, inscrito no **CNPJ sob o nº 10.825.373/0001-55**, com sede na Rua Dr. Odilon Vasconcelos, nº 103, Jatiúca, na cidade de Maceió, do Estado de Alagoas, CEP 57035-660, neste ato representado pelo seu Reitor **Sr. Carlos Guedes de Lacerda**, designado pelo Decreto Presidencial de 13 de junho de 2023, publicado no DOU nº 111, de 14 de junho de 2023, seção 2, p. 11, portador da Matrícula Funcional n.º 1085939, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **INSTITUTO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – BEM BRASIL** inscrita no **CNPJ/MJ sob o nº 10.427.965/0001-19**, sediada na Avenida Ibirapuera, 2033, CJ 81 – Ed. Edel Trade Center, bairro Moema, na cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, CEP: 04.029-901, e-mail: adm@bembrasilbr.org.br e telefones: (11) 4837-5794/(98) 98212-0665, neste ato representado por seu representante legal, **Sr. Antônio Cláudio da Silva do Nascimento**, portador(a) da carteira de identidade nº 4336993-6 – expedida pela(o) GESUSPC/MA, e inscrito(a) no CPF sob o nº 570.849.123-04, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório e de Execução Contratual nº 23041.042119/2023-73** e em observância às disposições e alterações das Leis nºs 4.320/1964, 8.078/1990, 8.666/1993, 9.784/1999 e da Lei Complementar nº 123/2006; dos Decretos nºs 1.054/1994, 1.094/1994, 3.722/2001, 7.203/2010, 7.746/2012, 8.538/2015, 8.540/2015, 9.507/2018 e 10.193/2019; das Instruções Normativas SLTI/MP nº 01, de 19/01/10, nº 02, de 16/08/2011, das Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26/05/17 e nº 03, de 26/04/18; da Portaria MPDG nº 443, de 27/12/2018, da Portaria MDIC nº 179, de 22/04/2019 e demais normas correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Dispensa de Licitação nº 25/2023**, fundamentada no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições adiante enunciadas.

1 . CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 . O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de tradutor e intérprete de libras, cuidador em educação especial e atendimento educacional especializado, **em caráter emergencial**, para o Instituto Federal de Alagoas – Ifal, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, integrantes do Processo Administrativo.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo Administrativo e à Dispensa de Licitação, identificados no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da Contratação:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CÓD. CATSER	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL SEMESTRAL
1	1	Tradutor e Intérprete de Libras – Reitoria	Posto de serviço	12769	1	R\$ 8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
2	2	Tradutor e Intérprete de Libras – Arapiraca	Posto de serviço	12769	1	R\$8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
	3	Atendimento Educacional Especializado – Arapiraca	Posto de serviço	12769	1	R\$ 8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
3	4	Atendimento Educacional Especializado – Batalha	Posto de serviço	12769	1	R\$ 8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
	5	Cuidador em Educação Especial – Batalha	Posto de serviço	12769	1	R\$ 4.038,17	R\$ 4.038,17	R\$ 24.229,02
4	6	Tradutor e Intérprete de Libras – Coruripe	Posto de serviço	12769	1	R\$ 8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
	7	Atendimento Educacional Especializado – Coruripe	Posto de serviço	12769	1	R\$ 8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
5	8	Tradutor e Intérprete de Libras – Marechal Deodoro	Posto de serviço	12769	1	R\$ 8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
	9	Atendimento Educacional Especializado – Marechal Deodoro	Posto de serviço	12769	1	R\$ 8.312,62	R\$ 8.312,62	R\$ 49.875,72
	10	Cuidador em Educação Especial – Marechal Deodoro	Posto de serviço	12769	2	R\$ 4.195,15	R\$ 8.390,30	R\$ 50.341,80
6	11	Atendimento Educacional Especializado – Satuba	Posto de serviço	12769	2	R\$ 8.312,62	R\$ 16.625,24	R\$ 99.751,44
	12	Cuidador em Educação Especial – Satuba	Posto de serviço	12769	1	R\$ 4.121,54	R\$ 4.121,54	R\$ 24.729,24
TOTAL MENSAL								R\$ 99.676,21
TOTAL SEMESTRAL								R\$ 598.057,26

2 . CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

2.1 . A presente contratação fundamenta-se no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, e se vincula Dispensa de Licitação nº 25/2023 e seus anexos, que fazem parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição, conforme documentação constante do Processo Licitatório e de Execução Contratual nº 23041.042119/2023-73.

3 . CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 . O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, com início na data de assinatura pelo representante legal da Contratante, **ou até a formalização do novo contrato decorrente do Processo Licitatório em andamento nº 23041.005797/2023-55, o que ocorrer primeiro, tratando de cláusula resolutiva.**

3.2 . O prazo de vigência deste Contrato não será prorrogado.

4 . CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 . O valor mensal da contratação é de **R\$ 99.676,21 (noventa e nove mil, seiscentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 598.057,26 (quinhentos e noventa e oito mil, cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos)**.

4.2 . No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, materiais de consumo, equipamentos, uniformes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3 . O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4.3.1 . Os serviços poderão ser suspensos durante o período de férias escolares, recessos e/ou abandono do estudante com necessidade, sendo a Contratada avisada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para a suspensão.

4.3.2 . Durante a suspensão, não haverá pagamento pelos serviços suspensos.

5 . CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 . As despesas oriundas desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2023, na seguinte classificação: Gestão/Unidade – 26402/158147, Fonte – 1000000000, Programa de Trabalho – 204296, Elemento de Despesa – 339037, PI – L0000P23K6N, Nota de Empenho – 2023NE000743.

5.2 . No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6 . CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 . O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7 . CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

7.1 . As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

8 . CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1 . Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo deste Contrato.

9 . CLÁUSULA NONA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1 . O modelo de execução dos serviços a serem executados pela Contratada, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

10 . CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 . As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

11 . CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 . As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

12 . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 . O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 . Por ato unilateral e escrito da Contratante, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 e 87 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato;

12.1.2 . Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Contratante; ou

12.1.3 . Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.2 . Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório e à prévia e a ampla defesa.

12.3 . A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/1993.

12.4 . O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 . Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 . Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 . Indenizações e multas.

12.5 . O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato

por ato unilateral e escrito da Contratante e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

12.6 . Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

12.7 . Até que a Contratada comprove o disposto na subcláusula anterior, a Contratante reterá:

12.7.1 . A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela Contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.7.2 . Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.8 . Na hipótese da subcláusula anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.9 . A Contratante poderá ainda:

12.9.1 . Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela Contratada, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2 . Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrentes do Contrato.

12.10 . O Contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

13 . CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1 . É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 . É permitido à Contratada caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

13.3 . A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4 . O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13.5 . É vedada, no âmbito do IFAL, a prestação de serviços por familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança por intermédio da contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

13.5.1 . Aplicam-se ao presente contrato, no que couber, as demais disposições normativas do Decreto nº 7.203/2010, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

14 . CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 . Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do Anexo X, da IN SG/MP nº 05/2017.

14.2 . A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 . As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 . É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

14.5 . Não será admitida a subcontratação do objeto.

15 . CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1 . Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, segundo disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, nas legislações dispostas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, e normas e princípios gerais dos contratos.

16 . CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 . Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditamentos no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

17 . CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 . A Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

17.2 . Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente Contrato, fica desde já compilada a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço, número de telefone e endereço de e-mail.

17.3 . A comunicação oficial se dará através do(s) telefone(s) e/ou e-mail(s) informados no preâmbulo deste Termo de Contrato, cuja confirmação de recebimento deve ser feita em até 02 (dois) dias úteis do seu envio, quando se dará o recebimento ficto, estando passível das penalidades previstas neste contrato a não atualização dos contatos telefônico e/ou eletrônico, seja através do SICAF ou contato direto com a Contratante.

17.4 . A Contratada não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos de cláusulas e condições deste Termo de Contrato, do Termo de Referência e seus anexos, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos

serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes.

18 . CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 . É eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Alagoas (Sede – Maceió), para dirimir litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93, sendo esse foro irrenunciável pela Contratante, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 01 (uma) via digital que, depois de lida e achado em ordem, vai assinada eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas, cujas assinaturas são válidas e certificadas pelo ICP-Brasil, cuja autenticidade pode ser verificada em <<https://verificador.iti.gov.br/>>.

Caso as assinaturas digitais e/ou físicas das partes se deem em datas distintas, será considerada **data de assinatura deste instrumento contratual a data de assinatura do representante legal da Contratante**, independente de quando tenha se dado a assinatura do(s) representante(s) legal(is) da Contratada.

Maceió-AL, 09 de novembro de 2023.

CARLOS GUEDES
DE LACERDA:
47504617415

Assinado digitalmente por CARLOS GUEDES DE LACERDA:
47504617415
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Múltipla v5,
OU=3092502000122, OU=Videoconferencia, OU=Certificado
PF A3, CN=CARLOS GUEDES DE LACERDA-47504617415
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Zonastro Pereira de Araújo Neto
Data: 2023.11.09 11:42:13
Foxit Reader Versão: 9.4.1

Carlos Guedes de Lacerda
Representante da CONTRATANTE

ANTONIO CLAUDIO DA
SILVA DO
NASCIMENTO:57084912304

Assinado de forma digital por
ANTONIO CLAUDIO DA SILVA DO
NASCIMENTO:57084912304
Dados: 2023.11.08 11:20:23 -03'00'

Antônio Cláudio da Silva do Nascimento
Representante da CONTRATADA

Testemunhas:

JOSE FRANCISCO HOLANDA
NOME: SALES:19690290304

Assinado de forma digital por JOSE
FRANCISCO HOLANDA SALES:19690290304
Dados: 2023.11.08 11:35:19 -03'00'

CPF _____

Documento assinado digitalmente



JAEISON GRACILIANO DOS SANTOS
Data: 09/11/2023 16:04:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOME: _____

CPF _____